N°1622, TERÇA – FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2011

Rogério Marinho cobra do governo solução para cancelamento de recursos pendentes no Órçamento

O deputado **Rogério Marinho (RN)** alertou nesta segunda-feira (21) para as consequências do decreto assinado pelo ex-presidente Lula em seu último dia de governo que cancela R\$ 18 bilhões de restos a pagar de 2007 a 2010. A decisão do petista deve atingir principalmente emendas parlamentares ao Orçamento empenhadas naqueles anos, mas que ainda não saíram do papel.

O ministro de Relações Institucionais, Luiz Sérgio, admitiu que inúmeros problemas ocorrerão caso o governo não encontre uma solução. Prefeituras afirmam que podem falir se os restos a pagar perderem a validade em 30 de abril, como prevê o decreto. Só ficariam livres despesas do Ministério da Saúde e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

De acordo com Marinho, esse é o reflexo da política orçamentária "frouxa" praticada pelo governo do PT. Para o tucano, é necessário estabelecer um redutor

gradual destes valores jogados de um ano para o outro, além de fazer com que o orçamento torne-se impositivo, ou seja, de execução obrigatória. O parlamentar acredita que a situação atual pode ter sido criada propositalmente pelo ex-presidente.

"O governo parece ter criado um problema para apre-

sentar a solução que o convém. É o que chamamos de 'colocar o bode na sala': cria as dificuldades, inclusive em sua própria base, para encontrar uma solução que certamente pode não contemplar o conjunto do país", alertou. Como se não bastasse a conta pendente de anos anteriores, em 2011 a gestão petista deu mais uma "tesourada" de R\$ 1,8 bilhão nas emendas parlamentares.

O deputado acredita que a alternativa mais viável para o decreto seria cancelar os restos a pagar apenas de obras ainda não iniciadas ou licitadas. O que a presidente Dilma Rousseff e seus ministros precisam solucionar é o que farão então com as obras que já tiveram autorização para contrair gastos, mas que ainda não foram concluídas.

Marinho espera que a alternativa a ser adotada pelo Planalto não privilegie interesses apenas da base governista em prejuízo do país. O tucano lembra que a oposição tem proposto a redução gradativa de restos

a pagar há anos, mas que o governo nunca a aceitou. "Hoje esses restos se caracterizam como um verdadeiro orçamento paralelo de investimentos graças à ineficácia da gestão pública. Entendemos que essa redução deve ser feita mediante critérios que devem ser transparentes e discutidos com o Congresso", destacou.

R\$ 32,9 bilhões

do PAC de 2010 foram inscritos em "restos a pagar". A prática de "pendurar" bilhões de reais de um ano para o outro é recorrente no governo petista, que criou um verdadeiro orçamento paralelo.

Cortes adicionais de R\$ 577 milhões prejudicam prefeituras e serviços essenciais, alertam senadores

Os senadores **Alvaro Dias (PR)** e **Marisa Serrano (MS)** criticaram nesta segunda-feira (21) o anúncio feito pela equipe econômica de ampliação nos cortes no Orçamento de 2011. Segundo o Ministério do Planejamento, haverá um contingenciamento adicional de R\$ 577 milhões, elevando o ajuste para R\$ 50,7 bilhões. Para

Marisa, a nova "tesourada", anunciada quando o primeiro corte "nem havia sido digerido", prejudica principalmente as prefeituras.

"Quem precisa das emendas inseridas no Orçamento está neste momento extremamente preocupado com esses novos cortes, que representam uma espada em cima dos gestores do país. Essa mensagem de que o governo não irá pagar o que já havia sido contratado é muito

ruim para a população, que precisa de escolas, de posto de saúde, de qualidade de vida", reprovou a tucana.

Para Alvaro Dias, outras "tesouradas" serão anuncia-

das em breve, mas os parlamentares só terão condições de avaliar o montante dos cortes quando for possível verificar a execução orçamentária, no final do ano. O líder do PSDB no Senado disse que o governo anunciou um montante insuficiente no mês de fevereiro para realizar o ajuste fiscal, e agora terá que fazer novos anúncios

de revisão orçamentária ao longo de 2011.

"Os novos ajustes atingem ainda mais a área social, a saúde, a educação, setores essenciais para a vida dos brasileiros. O governo prefere o caminho do sacrificio da população a promover uma séria reforma administrativa, que corte fundo uma estrutura que cresceu exageradamente nos últimos anos. Outros ajustes virão até o final do ano, fazendo com que os investimentos da União figuem

comprometidos, até mesmo porque o Planalto tem uma conta bilionária em restos a pagar que consumirão recursos desses novos investimentos", alertou Alvaro.

É o valor total da "tesourada" no Orçamento da União após os cortes adicionais anunciados pelo governo nesta segunda-feira.

Escassez de água e ausência de saneamento básico são questões de saúde pública, destaca Mendes Thame

O deputado Antonio Carlos Mendes Thame (SP) participou da sessão solene em comemoração ao Dia Mundial da Água realizada nesta segunda-feira (21) pela Câmara. O tucano alertou para a escassez de água, a falta de saneamento e o aquecimento global. De acordo com o parlamentar, esses problemas não são apenas ambientais, mas uma questão de saúde pública.

"Depende de nós enxergarmos a gravidade do problema e termos uma responsabilidade com os nossos filhos, netos e bisnetos para que eles possam dispor daquilo que hoje nós temos: a prestação de serviços naturais fornecidos pela natureza ao homem, o que facilita nossas vidas", declarou o deputado, um estudioso das questões relacionadas ao meio ambiente.

Thame destacou que o Brasil detém uma das maiores reservas de água doce do mundo, mas a distribuição é desequilibrada. Segundo ele, é preciso considerar não apenas a disponibilidade de água, mas também o saneamento básico. O deputado lembrou que 85% do esgoto doméstico vão parar nos rios, lagos e mares, sem tratamento. Além disso, 56% dos domicílios não têm rede de esgoto e em 22% não existe água tratada. "Na zona rural, a situação é pior do que em muitos países africanos. Temos de investir pesadamente. No entanto, o que estamos vendo é uma dificuldade imensa do governo em conseguir fazer isso", reprovou.

O tucano citou números do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que previa, entre 2007 e 2010, R\$ 12 bilhões para saneamento básico. "Desse total estavam previstos 101 projetos considerados prioritários em municípios com mais de 100 mil habitantes, mas apenas três foram concluídos, 21 estão em andamento e 67, até o final do ano passado, não tinham sido iniciados", enumerou. "Se quisermos ter um país mais igual, onde não haja miséria, precisamos decidir investir prioritariamente em saneamento básico, pensando nas nossas crianças e no futuro do nosso Brasil", reforçou.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Trata Brasil, o saneamento completo aumenta a produtividade média do trabalhador brasileiro em 13,5% e o rendimento escolar das crianças é quase 20% maior do que as moradoras de locais sem o serviço. "Por tudo isso, não se concebe falar em abolir a pobreza absoluta, construir um país rico, sem pobreza, sem miséria se não investirmos em saneamento", ponderou Mendes Thame.

Andreia Zito questiona Câmara por executar apenas a agenda do Executivo

Da tribuna, a deputada Andreia Zito (RJ) registrou o seu descontentamento nesta segunda-feira (21) com o papel político adotado pela Casa. "Hoje nos transformamos em meros executores de uma agenda de prioridades definida pelo Poder Executivo, por meio de medidas provisórias que trancam a pauta, deixando de lado o dever maior de apreciar as proposições de nossa autoria", afirmou Andreia.

Ela citou especificamente a PEC 270 de 2008, de sua autoria, e a PEC 300 de 2008. A primeira, que garante proventos integrais com paridade ao servidor que se aposentar por invalidez permanente, foi aprovada por unanimidade na Comissão Especial. Já há quase 100 requerimentos de parlamentares solicitando a inclusão da matéria na pauta de votações do plenário. Já a PEC 300, que equipara os salários dos policiais militares e bombeiros de todos os estados ao dos PMs do DF, possui mais de 50 requerimentos para debate em segundo turno.

"Por que o governo não permite, não deseja e inviabiliza a apreciação dessas matérias em plenário? Será que este governo é o do Partido do Não Trabalhador - o PNT? Ou ainda é o governo do PT – o Partido dos Trabalhadores?", auestionou.

Andreia Zito também cobrou resultados efetivos para as ações emanadas do relatório final da CPI das Crianças Desaparecidas, da qual foi relatora na legislatura passada. "Transformar em realidade as recomendações da CPI só depende de boa vontade e de definição de políticas públicas próprias para esse fim, cujo responsável maior é o Poder Executivo Federal", concluiu.

Leia também em nosso blog:

- Marisa Serrano defende mudanças na Lei Rouanet para ampliar número de artistas beneficiados
- → Tucanos criticam Itamaraty por não negociar com Obama flexibilização de vistos
- → Para deputados, demora do Planalto na concessão de aeroportos mostra descompromisso com o setor []
- Brandão quer vinda de Meireles para dar informações sobre infraestrutura de megaeventos esportivos
- → Brasil precisa explorar potencial comercial com EUA desprezado pela gestão Lula, avalia ITV
- → Artigo: "Marianas e as vozes da inclusão", por Mara Gabrilli
- → Direto do Twitter, com os deputados Eduardo Azeredo (MG), Eduardo Barbosa (MG), Fernando Francischini (PR) e Vanderlei Macris (SP) e o senador Alvaro Dias (PR)
- → Direto do Plenário, com o deputado Antonio Imbassahy (BA) e o senador Alvaro Dias (PR)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF)■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

🔳 Coordenador de redação / Editor: Marcos Côrtes 🔳 Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa

■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com 🧑 , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 🔀

